



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 3.253

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NOS TERMOS DO QUE DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 72 DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO QUE O ARTIGO 73 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DETERMINA QUE OS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS "FICAM OBRIGADOS A APRESENTAR BALANCETES TRIMESTRAIS, ATÉ TRINTA (30) DIAS APÓS ENCERRADO O TRIMESTRE, DISCRIMINANDO RECEITAS E DESPESAS",

CONSIDERANDO QUE A LETRA "A" DO INCISO II DO ARTIGO 30 DA LEI ESTADUAL Nº 5.654, DE 23 DE JANEIRO DE 1991, ESTABELECE QUE AS CÂMARAS MUNICIPAIS DEVERÃO REMETER AO TRIBUNAL, "ATÉ TRINTA (30) DIAS APÓS ENCERRADO O TRIMESTRE, BALANCETES TRIMESTRAIS, ACOMPANHADOS DE COMPROVANTES DA RECEITA E DESPESA, EXTRATOS BANCÁRIOS, AVISOS DE CRÉDITOS, PROCESSOS LICITATÓRIOS E DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS",

CONSIDERANDO QUE A NÃO REMESSA DO BALANCETE TRIMESTRAL NO PRAZO LEGAL CARACTERIZA A OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS A QUE TODO AGENTE POLÍTICO ESTÁ OBRIGADO,

CONSIDERANDO QUE É DEVER CONSTITUCIONAL DESTE TRIBUNAL TOMAR AS MEDIDAS LEGAIS CONTRA OS RESPONSÁVEIS POR BENS E DINHEIROS PÚBLICOS QUE NÃO PRESTAM CONTAS NA FORMA DA LEI,

CONSIDERANDO QUE EMBORA O PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DO BALANCETE REFERENTE AO PRIMEIRO TRIMESTRE DO PRESENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO TENHA SE ENCERRADO NO DIA 1º DE ABRIL, E TRANSCORRIDOS MAIS DE CENTO E VINTE (120) DIAS, ALGUNS PRESIDENTES DE CÂMARAS MUNICIPAIS

-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 3.253

AINDA NÃO CUMPRIRAM COM SUAS OBRIGAÇÕES,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE NA SESSÃO DESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA DA SESSÃO,

RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

I - APLICAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 33, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 5.654, AOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE CURRALINHO, FARO, NOVO PROGRESSO, PORTO DE MOZ, PORTEL E SÃO CAETANO DE ODIVELAS MULTA NO VALOR CORRESPONDENTE A CEM (100) UFIR, QUE DEVERÁ SER RECOLHIDA AOS COFRES, DAS RESPECTIVAS PREFEITURAS MUNICIPAIS NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS;

II - DETERMINAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 37 DA LEI Nº 5.654, A INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS REFERIDAS NO ITEM ANTERIOR;

III - ENCAMINHAR CÓPIA DESTA DECISÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS DE SUA ALÇADA;

IV - COMUNICAR ESTA DECISÃO ÀS ASSOCIAÇÕES QUE CONGREGAM AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA AMPLA DIVULGAÇÃO.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 19 DE AGOSTO DE 1993.

CONSELHEIRO IRAMALDYR ROCHA
PRESIDENTE